



Kubitschek, a revolução cubana e a competição Leste-Oeste, 1959-1961: o Brasil e a recomposição da Guerra Fria Latino-Americana

Kubitschek, the Cuban revolution and the East-West competition, 1959-1961: Brazil and the making of the Latin America's Cold War

Kubitschek, la revolución cubana y la competencia Este-Oeste, 1959-1961: Brasil y la recomposición de la Guerra Fría Latinoamericana

1. Doutor, Universidade de Brasília (UnB). E-mail: carlos.dominguez.avila@gmail.com.

Carlos Dominguez Avila¹

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10.n1.p94

Recebido em: 08 de maio de 2021

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2022

As revoluções sociais são transformações rápidas e radicais das estruturas de classe e de Estado de uma sociedade; e são acompanhadas e em parte levadas a cabo por revoltas das classes inferiores. As revoluções sociais distinguem-se de outras espécies de conflitos e de processos transformadores, sobretudo devido à combinação de dois aspectos coincidentes: a coincidência da mudança estrutural da sociedade com a sublevação de classe; e a coincidência entre a transformação política e a transformação social.

Theda Skocpol (1985, p. 16)

RESUMO

O artigo examina a documentação diplomática relacionada à política do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira diante da fase inicial da revolução cubana. A documentação em apreço foi consultada no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Essa documentação oferece pouco conhecidas informações sobre ações, percepções e interpretações de autoridades brasileiras encarregadas da política externa em relação àquele país, bem como a outros atores com vínculos e interesses na questão cubana.

Palavras-chave: Brasil; Cuba; Estados Unidos; Análise de Política Externa; História Global da Guerra Fria.

ABSTRACT

The paper examines the diplomatic documents about the Brazilian foreign policy under the Juscelino Kubitschek de Oliveira's administration face the Cuban revolution. The documentation was consulted in the archives of the Ministry of Foreign Affairs. The diplomatic sources offer new insights about actions, perceptions, and interpretations of Brazilian policy makers on Cuban, hemispheric and global affairs.

Keywords: Brazil; Cuba; United States; Foreign Policy Analysis; Global History of the Cold War.

RESUMEN

El artículo examina la documentación diplomática relacionada a la política del gobierno del presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira ante la fase inicial de la revolución cubana. La documentación en apreciación fue consultada en el archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores. Esa documentación ofrece poco conocidas informaciones sobre acciones, percepciones e interpretaciones de autoridades brasileñas encargadas de la política externa hacia aquel país, bien como hacia otros actores con vínculos e intereses en la cuestión cubana.

Palabras-clave: Brasil; Cuba; Estados Unidos; Análisis de Política Externa; Historia Global de la Guerra Fría.

Introdução

A revolução cubana e eventos correlatos – inclusive a crise dos mísseis, em outubro de 1962 – é um dos fenômenos político-sociais mais estudados por especialistas interessados nas relações internacionais da América Latina, na história global da Guerra Fria ou na evolução da política externa brasileira. Após sessenta anos do triunfo e da estabilização daquela revolução social, o tema continua sendo pesquisado por historiadores, sociólogos, politólogos, internacionalistas e muitos outros profissionais das mais diversas orientações teórico-metodológicas e nacionalidades. Todavia, o assunto em questão ainda tem alguma relevância político-social na própria Cuba e na sua inserção internacional – especialmente nas relações bilaterais com os Estados Unidos, o Brasil e a Rússia pós-soviética (JENKINS, 2021; WESTAD, 2017).

Parece pertinente registrar que, nessa mesma época, o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira impulsionava no Brasil um processo de modernização capitalista bastante ambicioso e dinâmico – eis o denominado Plano de Metas. No plano da política externa, o governo em questão participou do denominado período da coexistência pacífica da Guerra Fria, com destaque para a competição Leste-Oeste entre os Estados Unidos do presidente Dwight Eisenhower e a União Soviética do *premier* Nikita Khrushchev. Além disso, o período de Kubitschek coincidiu com as lutas anticolonialistas no mundo afro-asiático, e com o modelo nacional-desenvolvimentista, cepalino ou de industrialização por substituição de importações no continente latino-americano e caribenho (LOUREIRO, 2019).

Nesse contexto geral, o governo de Kubitschek apresentou como uma de suas principais iniciativas de política externa a denominada Ope-

ração Pan-Americana-OPA (SILVA, 1992). Fundamentalmente, a Operação Pan-Americana procurava deliberar e colocar na agenda hemisférica o tema do combate ao subdesenvolvimento latino-americano e caribenhos, inclusive no marco da competição Leste-Oeste. Sob uma perspectiva de reforço das capacidades econômicas e sócio-políticas dos países Ocidentais, o governo brasileiro entendia – sensata e corretamente – que a situação de subdesenvolvimento presente em muitos dos países do continente era um risco e uma vulnerabilidade diante de uma eventual penetração de ideias e doutrinas extra-continentais. Assim, num documento diplomático brasileiro expressou-se, por exemplo, o seguinte:

Ao delinear as bases da Operação Pan-Americana, o Presidente Kubitschek teve como objetivo colocar perante a opinião pública continental o problema do subdesenvolvimento econômico da América Latina, que ainda constitui um dos mais fracos elos da coligação ocidental. Segundo o ponto-de-vista brasileiro, a valorização econômica da América Latina é, assim, antes de tudo um imperativo estratégico global do Ocidente, neste estágio da guerra fria.²

2. Ministério das Relações Exteriores – doravante MRE – a Embaixada na Guatemala, Telegrama 15 (Confidencial), Brasília, 10.8.1958, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – doravante AMRE.

Alguns dias depois, em discurso à nação e aos representantes diplomáticos estrangeiros lotados no Rio de Janeiro, o próprio presidente Juscelino Kubitschek (2010, p. 27-31) ponderou que: “Não se poderá, em consequência, prestar maior serviço ao ideal panamericano do que o de tentar eliminar a sua grande chaga: o subdesenvolvimento”. Para além de uma fundamentação economicista do problema do subdesenvolvimento, existiam considerações éticas e políticas – inclusive de política hemisférica. “Difícil é difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada no mundo, quando no nosso Hemisfério predominam condições econômico-sociais, reflexos do subdesenvolvimento, conducentes ao estatismo”, argumentou-se. Outrossim, “não é justo nem concebível que nos intitulemos defensores e nos declaremos dispostos a lutar pela moral cristã, se não fizermos um esforço conjunto no sentido de erradicar o sofrimento que pesa sobre tantas vidas.” Já numa perspectiva analítica de competição Leste-Oeste, o presidente alertou o seguinte: “Consentir que se alastre o empobrecimento neste Hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Não recuperar, para um nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos, é semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações” (IBID). Cumpre sublinhar que, mesmo reconhecendo a relevância da referida iniciativa do governo de Kubitschek, este artigo não aborda ou reflete especificamente acerca daquela política externa. Sob uma perspectiva analítica abrangente e alicerçada nos estudos e pesquisas de política externa brasileira, bem como na história global da Guerra Fria, entende-se que o problema-objeto deste estudo é paralelo, convergente e provavelmente entrelaçado à OPA (CALDAS, 1996).

Com efeito, ao mesmo tempo em que Kubitschek deliberava acerca das virtudes e dos alicerces da Operação Pan-Americana, em Cuba, desde fins de 1956, uma insurreição político-militar encabeçada pelo advogado Fidel Castro e seu Movimento 26 de Julho lutava contra o regime autoritário do general Fulgêncio Batista. A insurreição que resultou na derrocada do governo de Batista acelerou-se nas zonas rurais e urban-

as daquele país, especialmente no segundo semestre de 1958. Destarte, em 30 de dezembro de 1958, o embaixador brasileiro em Havana, Vasco Tristão Leitão da Cunha, informou ao Ministério das Relações Exteriores que: “A situação é cada vez mais difícil. Aumentam os bombardeios aéreos, afetando a população civil das zonas ocupadas pelos revoltosos, os quais anunciam a constituição iminente de um governo provisório dentro da zona que chamam ‘livre’, presidido pelo Desembargador Manuel Urrutia.”³ Poucas horas depois, o regime desabou, e o próprio general Batista viajou para a República Dominicana – então governada pelo seu aliado e amigo Rafael Leónidas Trujillo Molina. Outros correligionários e clientes do agonizante governo cubano se refugiaram nos Estados Unidos e alhures. Consequentemente, após mais de dois anos de insurreição e de guerra popular, a queda do governo de Batista foi comemorada pela maioria da população da ilha e por boa parte da opinião pública do continente americano (BRENNER *ET AL.*, 2008).

3. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 172 (Confidencial), Havana, 30.12.1958, AMRE.

Alguns dias depois, em 7 de janeiro de 1959, Castro entrou em Havana, erigindo-se, assim, no principal expoente do processo revolucionário nesse país. Parece apropriado acrescentar que, na época dos fatos, para além das contradições entre os próprios cubanos, a presença de capitais de origem norte-americana era muito marcante na economia e na sociedade, principalmente no campo da indústria açucareira, comunicações, energia, intermediação financeira, e comércio exterior. Para muitos observadores, Cuba era um virtual protetorado de Washington no Caribe. Destarte, muitas das promessas revolucionárias – particularmente a reforma agrária e a reforma urbana – pretendiam modificar essa situação, bem como avançar decisivamente na reforma econômica, política e social da ilha, privilegiando os setores subalternos da sociedade e a constituição de uma moderna economia capitalista (GUERRA, 2014).

Assim, em pouco tempo tornou-se difícil o relacionamento do novo governo com a burguesia local e o empresariado estrangeiro – e por extensão, também com a administração republicana de Dwight Eisenhower (RABE, 1988). Daí que, fosse pela inabilidade e incompreensão da elite econômica, ou pela imaturidade política dos jovens dirigentes revolucionários, ou mesmo pela posição assumida pelos Estados Unidos da América ao tratar com o Governo revolucionário, tensões, divergências, conflitos e desarmonias domésticas e na inserção internacional do país ressurgiram, ainda no primeiro semestre de 1959.

Isto posto, o presente manuscrito é resultado de pesquisa no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – doravante AMRE. O objetivo geral do manuscrito procura documentar, refletir e analisar com base em evidência a formulação e implementação da política brasileira em relação ao regime revolucionário cubano, bem como as implicações daquele processo revolucionário sob a perspectiva da história global da Guerra Fria. A pergunta central que orienta o artigo é a seguinte: ao longo do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, quais foram as percepções e interpretações dos diplomatas brasileiros mais diretamente envolvidos na formulação e implementação da política diante da revolução cubana? A hipótese a ser testada sugere que: durante o governo de Kubitschek, e mais especificamente entre 1959 e 1961, a política brasileira diante da

revolução cubana teria sido orientada pelo desejo e propósito de manter e/ou “recuperar a Revolução” ao convívio continental, nos dizeres do embaixador brasileiro em Havana, Vasco Leitão da Cunha.

2. Vasco Leitão da Cunha em Havana: vicissitudes no propósito de “recuperar a revolução cubana”... e de lutar contra o comunismo internacional.....

Vasco Tristão Leitão da Cunha (1994) foi embaixador brasileiro em Havana entre dezembro de 1956 e janeiro de 1961. De feitio conservador, profissional, bem entrosado e claramente Ocidentalista, o diplomata brasileiro acompanhou os dois últimos anos do governo de Fulgêncio Batista, e os dois primeiros anos do governo revolucionário. Ainda que o problema-objeto desta pesquisa seja basicamente o período pós-revolucionário, parece pertinente sublinhar que, na fase final do governo de Batista, o representante diplomático brasileiro contribuiu com uma postura compreensiva e solidária em relação às forças políticas insurgentes. Destarte, asilo diplomático foi concedido a numerosos cidadãos cubanos críticos do regime então vigente, inclusive a uma das irmãs mais novas do próprio Fidel Castro, a Juana de la Claridad Castro (2009), quem procurou proteção na legação brasileira, entre setembro de 1958 e janeiro de 1959. Destarte, após ingressar triunfalmente em Havana, a primeira embaixada que Fidel Castro visitou foi precisamente a brasileira, para agradecer o asilo diplomático concedido a sua irmã.

“A Revolução cubana é digna de encômios ao buscar a realização de um ideal democrático, de aspecto nitidamente nacional e ao procurar destruir a ditadura de Batista para fazer passar Cuba do retrógrado capitalismo semi-feudal ao estágio das conquistas do mundo moderno”, ponderou, o referido diplomata, em um de seus numerosos relatórios encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores, entre janeiro de 1959 e janeiro de 1961.⁴ De fato, as fontes consultadas sugerem que, ao longo de 1959, o regime revolucionário cubano efetivamente tentou impulsionar reformas para modernizar as relações capitalistas de produção (BUS-TAMANTE, 2021).

Ao mesmo tempo, em termos de inserção internacional, assunto particularmente relevante para os fins deste artigo, a tendência predominante nesse período foi a adesão do governo caribenho ao princípio de não-alinhamento e equidistância diante da competição Leste-Oeste, a cooperação e solidariedade com o sistema interamericano, um certo messianismo da elite revolucionária – destarte, em mais de uma oportunidade o governo de Havana foi acusado de tentar “exportar a revolução” para outros Estados –, e algumas tensões com governos conservadores de países vizinhos acusados de respaldar ações contrarrevolucionárias – especialmente a República Dominicana de Rafael Leónidas Trujillo, a Nicarágua de Anastasio Somoza e a Guatemala de José Manuel Ydígora Fuentes. Nessas circunstâncias, em 15 de setembro de 1959, o chanceler cubano Raul Roa afirmou, com alguma credibilidade, em discurso perante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, que “A revolução cubana é essencialmente humanista e se inspira nas fontes do

4. Vasco T. Leitão da Cunha a Horácio Lafer, Memorando 211 (Secreto), Havana, 19.9.1960, AMRE.

pensamento de Martí, condenando com igual veemência o capitalismo que explora o homem através da economia e o comunismo que o priva da liberdade e não lhe reconhece os direitos individuais” (*apud* MONIZ BANDEIRA, 1998).

Todavia, um dos assuntos mais delicados dessa época tinha que ver com as orientações político-ideológicas da nova classe dirigente, particularmente da elite revolucionária encabeçada pelo próprio Fidel Castro e seu entorno mais imediato – inclusive pelo seu irmão Raúl Castro (SCHOULTZ, 2009). A esse respeito, em março de 1959, o embaixador Vasco Leitão da Cunha informou ao Itamaraty o seguinte, “Embora convencido de que Fidel Castro não é comunista e de que o movimento de 26 de Julho também não é, não há a menor dúvida de que elementos comunistas ou filo-comunistas, muito chegados ao líder da revolução, estão influenciando poderosamente no seu espírito”. Na opinião do referido diplomata, “tais elementos têm logrado levar Fidel Castro a fazer declarações públicas e o Governo a tomar medidas que, tanto na ordem interna quanto na internacional, contrariam os verdadeiros interesses do país e da revolução.”⁵ “A grande dificuldade da posição de Fidel Castro reside no fato de que tem dado mais ouvidos aos companheiros de armas, excelentes revolucionários mais inexperientes politicamente e na administração, do que aos homens mais maduros que fazem parte do Governo, por não confiar bastante no espírito revolucionário destes últimos”, elucubrou-se. Destarte: “Se Fidel Castro não souber distinguir entre os seus companheiros quais os de filiação comunista, corre o risco de ser absorvido pelos mesmos, levando a revolução a um desastre.”⁶

5. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 59 (confidencial), Havana, 23.3.1959, AMRE.

6. *Ibid.*

Ao longo de 1959 e 1960, o governo revolucionário tentou impulsionar pela via reformista e nacional-desenvolvimentista algumas modificações estruturais da economia. Em geral, tratava-se de modernizar o capitalismo existente no país. Em outras palavras, criar as condições para uma transformação produtiva dentro do modelo capitalista e Ocidental. Entretanto, o regime encontrou considerável resistência do empresariado local e do capital externo – especialmente dos monopólios norte-americanos nas comunicações, eletricidade, refino de combustíveis, indústria açucareira e o comércio exterior. Outrossim, em vista da considerável vulnerabilidade e dependência econômica cubana, os dirigentes do novo governo avançaram na expropriação e nacionalização de certas empresas privadas em setores estratégicos. Igualmente, houve um esforço para procurar outros parceiros comerciais e de segurança internacional no continente e no mundo – inclusive no contexto afro-asiático ou da cooperação Sul-Sul (RABE, 2012). Observe-se que, dentre essas iniciativas de Havana, destacou-se a tentativa de realizar uma Conferência de Países Subdesenvolvidos – isto é, uma precursora do Movimento dos Não-Alinhados. Ainda que tal iniciativa pudesse ser enxergada inclusive como um reforço da Operação Pan-Americana, a documentação consultada sugere que o governo brasileiro resistiu à proposta cubana. Em comunicação sobre o assunto, foi informado, por exemplo, o seguinte,

O Governo brasileiro considera estranhável tal iniciativa, porquanto ela redundará em trazer para o Continente americano problemas que lhe são alheios e que estão causando tensões políticas em outras partes do globo. Estamos persuadidos

de que ela só poderá concorrer para o enfraquecimento da unidade continental, sem trazer aos problemas específicos deste Hemisfério qual quer possibilidade de solução construtiva. Enfim, ela se inscreve no quadro de um esforço de proselitismo militante que consideramos perigoso para a harmonia das Américas. Nessas condições, o Governo brasileiro consulta o dos Estados Unidos da América sobre se lhe pareceria conveniente iniciar contatos com os demais países do Continente, com o objeto de representar aos mesmos as circunstâncias acima expostas, e de obter que se abstenham de comparecer à Conferência projetada.⁷

7. MRE a Embaixada em Washington, Minuta de Telegrama 2 (Secreto), Brasília, 4.1.1960, AMRE.

Num contexto analítico mais abrangente, as fontes consultadas ponderam que, entre janeiro e setembro de 1960, o embaixador Vasco Leitão da Cunha (1994) trabalhou para tentar recuperar a revolução cubana, evitar uma ruptura com o sistema interamericano, e/ou a incorporação do regime de Castro no campo soviético. Nesse sentido, destacou-se uma reunião informal na sede da embaixada da Argentina, em 11 de maio, do primeiro-ministro Fidel Castro, com 13 embaixadores do continente americano. Segundo o relato do diplomata brasileiro, na oportunidade, o líder cubano solicitou a “compreensão e solidariedade dos demais países do Continente” e reafirmou que “Cuba não pode nem quer divorciar-se do Continente americano”. Também, Castro teria afirmado que a revolução cubana “será útil a todos os povos”, que ela “não obedece a nenhuma influência estranha”, e que “procura realizar-se através de métodos exclusivamente nacionais.” Destarte, para o primeiro-ministro, “a hostilidade do Governo americano para com a Revolução cubana é oriunda especialmente da sua relutância em renunciar à tutela semi-secular sobre Cuba e da resistência ao conteúdo social da mesma.”⁸

8. Vasco Tristão Leitão da Cunha a Horácio Lafer, Memorando 110 (Confidencial), Havana, 12.5.1960, AMRE.

Nessa reunião informal, o próprio Vasco Leitão da Cunha teria assinalado a importância da reiteração de que Cuba não se “divorciaria do Continente americano”, quer dizer, uma “atitude que me parecia essencial para que este país contasse com aquela compreensão e solidariedade.” O embaixador da Colômbia teria alertado que a compreensão e solidariedade americanas poderiam ficar comprometidas “pelo receio de influências externas [leia-se soviéticas] sobre a política cubana” e o embaixador equatoriano teria feito um apelo “para procurar, por todos os meios, limar as arestas nas relações cubano-americanas.” Diante de um virtual consenso de seus interlocutores, Castro teria ficado “visivelmente abalado”. Ao final da reunião informal com diplomatas de 13 países do continente americano na sede da representação argentina, o primeiro-ministro cubano teria agradecido a oportunidade que se lhe oferecera, e sugerido “que se repetissem com possível frequência semelhantes reuniões.” Na parte resolutiva de seu relatório, o embaixador Vasco Leitão da Cunha considerou importante frisar aos superiores no Ministério das Relações Exteriores o seguinte,

No que tange às declarações reiteradas de Fidel Castro, teremos de aguardar os seus atos para julgar da sinceridade dos propósitos anunciados. Uma coisa porém parece certa: a impressão que lhe ficou da unidade de vistas de treze representantes do Continente, unânimes em repudiar qualquer influência extra-continental, unânimes no silêncio ante a excessiva acrimônia na apreciação das intenções dos Estados Unidos da América e unânimes no estabelecimento de um limite intransponível para a compreensão e solidariedade dos países do Continente com a Revolução cubana.⁹

9. Ibid.

Para além da questão da inserção hemisférica e global do regime revolucionário caribenho, as fontes sugerem que um outro tópico de

crescente preocupação do embaixador em Havana, em particular, e do governo de Kubitschek e da diplomacia brasileira, em geral, foi a crescente divergência diplomática bilateral brasileiro-cubana (BEZERRA, 2012). Do lado brasileiro, surgiram crescentes preocupações com as condutas e atividades diplomáticas do embaixador cubano no Rio de Janeiro, Rafael García Bárcenas, bem como de representantes do governo cubano que visitaram o Brasil, muitas vezes com intuito de realizar atividades propagandísticas, “inamistosas”, subversivas ou “nitidamente perigosas” contra o regime democrático encabeçado pelo presidente Juscelino Kubitschek – tudo isso, sem ignorar que, em outubro desse ano, estavam programadas eleições presidenciais que resultaram na vitória do Jânio Quadros.¹⁰ Destarte, desde o Itamaraty considerou-se apropriado que a embaixada em Havana passara a adotar as “maiores precauções [na] concessão de vistos quer permitam a entrada neste país de cidadãos cubanos.”¹¹ Nesse marco, o embaixador brasileiro em Havana concordou com a necessidade de restringir a concessão de vistos a cidadãos cubanos. Acrescentou que as “representações diplomáticas latino-americanas [em Havana] podem desempenhar importante papel, tanto pelo asilo, como pelo amparo psicológico que significa a presença amiga dos Governos do Continente”, e sublinhou o seguinte: “Parece-me que o objetivo principal da nossa política para com o Governo revolucionário cubano deveria ser o de recuperá-lo para o convívio continental.” Concluiu Vasco Leitão da Cunha ponderando o seguinte,

Não devemos esquecer das vantagens efetivas trazidas ao Continente pela Revolução cubana, ao despertar a atenção universal para um estado de espírito reinante nas Américas e do qual a Revolução cubana é, sem dúvida, a expressão mais exaltada. A iniciativa brasileira da Operação Pan-Americana deveria ter servido àquele fim, mas o complacente letargo do Governo de Washington só parece ter sido efetivamente perturbado pela ação drástica e temerária de Fidel Castro e seus seguidores. Muitos destes já se acham sublevados contra o vezo comunista que vai tomando a Revolução, mas não contra os seus ideais primeiros, pelos quais continuam a lutar. Assim, qualquer ação do Continente deve processar-se com o objetivo de lhe retificar o curso e nunca com de voltar ao “status quo ante”, cujo único beneficiário, por miopia, e a curto prazo, seriam somente os grandes interesses patrocinados pelo Governo americano, ficando prejudicados, a curto e longo prazo, os demais países do Continente.¹²

A luta pelo poder político em Cuba também foi um outro assunto constantemente abordado pelo diplomata brasileiro. Nesse sentido, parece pertinente ponderar que, entre setembro de 1960 e janeiro de 1961, muitos dos relatórios encaminhados pela embaixada em Havana ao Itamaraty passaram incluir uma exuberante retórica anticomunista, antissoviética e contrarrevolucionária. Infere-se do reposicionamento do autor que uma eventual invasão da ilha por uma força expedicionária anticastrista poderia ser positiva e construtiva numa segunda fase da revolução cubana, desde que conseguisse reconduzi-la pela via nacional-desenvolvimentista. “Convém ter presente que não se trata[ria] de uma contra-revolução que intenta restabelecer o status quo ante 1959, mas de um movimento para resgatar a revolução cubana das garras do comunismo”, informou-se ao Itamaraty, no final de outubro de 1960.¹³ Poucos dias depois, Vasco Leitão da Cunha comentou sobre o mesmo assunto nos seguintes termos: “Não é descabido afirmar que este país somente en-

10. Em dezembro de 1960, o Conselho de Segurança Nacional brasileiro teria sido informado que: “o Embaixador de Cuba em Moscou declarou que seu país distribuiu armas e munições a todas suas Embaixadas na América Latina”. Segundo o documento em apreço, a transferência clandestina de armas desde Havana a países vizinhos teria “o objetivo de passar esse material às mãos de grupos locais estudantis, nacionalistas e comunistas, para assumir a defesa da revolução cubana, caso necessário” (MRE a Embaixada em Washington, Minuta de Telegrama 395 (Secreto), Rio de Janeiro, 31.12.1960, AMRE). Cumpre acrescentar que as reuniões do Conselho de Segurança Nacional normalmente eram realizadas sob supervisão direta do próprio presidente da República.

11. M. Pio Corrêa Jr. a Vasco Leitão da Cunha, Memorando DPG/ 31 (Secreto), Rio de Janeiro, 30.7.1960, AMRE.

12. Vasco T. Leitão da Cunha a Horácio Lafer, Memorando 211 (Secreto), Havana, 19.9.1960, AMRE.

13. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 337 (Confidencial-urgente), Havana, 29.10.1960, AMRE.

14. Vasco T. Leitão da Cunha a Horácio Lafer, Memorando 250 (Confidencial), Havana, 14.11.1960, AMRE.

contrará tranquilidade e poderá progredir seguindo um programa semelhante que recupere a Revolução e lhe dê verdadeiro cunho nacional.¹⁴

É importante acrescentar que, em suas memórias, Juana de la Claridad Castro (2009) comenta que, nessa turbulenta época, ela tinha passado a colaborar com os serviços de inteligência norte-americana dentro de Cuba, especialmente na coleta de informações sensíveis acerca da elite revolucionária – inclusive de seus dois irmãos mais velhos, o Fidel e o Raúl Castro. Segundo o relato da *Juanita* Castro, a aproximação dela com a inteligência norte-americana tinha sido auspiciada pela esposa do embaixador brasileiro em Havana, isto é, pela embaixatriz Virgínia Leitão da Cunha. A ser exata essa informação – algo que ainda não está totalmente confirmado e que merece ser corroborado –, tornar-se-ia necessário deliberar academicamente sobre seus desdobramentos em termos da política bilateral brasileiro-cubana, inclusive após a saída do embaixador Vasco Leitão da Cunha de seu posto em Havana. Observe-se que, em 1962, o referido diplomata foi transferido para a embaixada brasileira em Moscou (CATERINA, 2019; RUPPRECHT, 2011). Posteriormente, ele foi nomeado ministro na pasta das Relações Exteriores, durante o governo militar de Humberto de Alencar Castelo Branco (CARRIÈRES, 2021). E finalmente foi acreditado na embaixada em Washington, entre 1967 e 1969 (LEITÃO DA CUNHA, 1994).

Voltando ao problema-objeto desta pesquisa, é necessário insistir que Vasco Leitão da Cunha não se furtou de criticar comentários ofensivos e impertinências de diplomatas, empresários, militares e políticos norte-americanos excessivamente etnocentristas, reacionários ou imperialistas em relação a Cuba. Em julho de 1960, por exemplo, o referido diplomata recomendou ao chanceler brasileiro Horácio Lafer examinar a “conveniência de fazer sentir aos Estados Unidos de América a preocupação do Brasil ante a eventualidade de que uma ação mais radical do Governo norte-americano, em face da política cubana, ponha o continente e a opinião pública em campos irremediavelmente opostos”; hipótese que, em última instância, poderia acabar contribuindo para “facilitar a infiltração comunista na América.”¹⁵ Poucos meses depois, Vasco Leitão da Cunha insistiu no assunto e recomendou ao chanceler do governo de Kubitschek o seguinte: “devemos envidar todos os esforços no sentido de evitar que os Estados Unidos sejam levados, num gesto de impaciência, a procurar uma vitória esmagadora e fácil do ponto de vista puramente militar, mas que não passaria de uma vitória de Pirro”; acrescentando que, sob a perspectiva latino-americana, essa hipótese de invasão militar norte-americana de Cuba seria “uma derrota a curto e a longo prazo” e “somente uma vitória a curto prazo para os próprios Estados Unidos.”¹⁶

15. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 132 (Confidencial-urgente), Havana, 9.7.1960, AMRE.

16. Vasco Leitão da Cunha a Horácio Lafer, Relatório para o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores Política Exterior de Cuba (Secreto), s.l., 23.1.1961, AMRE.

Concomitantemente, o pesquisador James Hershberg (2014), após consulta em arquivos diplomáticos estadunidenses, canadenses, ingleses e franceses, sugere, convincentemente, que Vasco Leitão da Cunha também acabou sendo até desdenhado por diplomatas ocidentais, principalmente pelo Roy R. Rubottom e pelo Philip Bonsal. Na opinião destes diplomatas da administração Eisenhower, era utópica ou excessivamente idealista o propósito de “recuperação da Revolução cubana, com ou sem Fidel Castro”, impulsionado pelo embaixador brasileiro em Havana.¹⁷

17. Ibid.

Algum ceticismo diante do posicionamento de Vasco Leitão da Cunha também era compartilhado por certos diplomatas brasileiros. No final de janeiro de 1961, por exemplo, pouco antes de concluir o governo de Juscelino Kubitschek, foi informado ao Itamaraty por um outro diplomata lotado na embaixada em Havana, que eram “inúteis” os esforços político-diplomáticos tendentes a recuperar a revolução cubana para o “convívio ocidental”, e que dificilmente a nova administração de John F. Kennedy se conformaria em “admitir este país como parte integrante do bloco comunista” – eis a lógica e o contexto que resultou, poucas semanas depois, na polêmica e dramática batalha de baía dos Porcos (FREEDMAN, 2002).¹⁸

3. Fidel Castro em Brasília, 1959: “cubanismo”, messianismo e anti-imperialismo

No contexto de um périplo desde o Canadá até a Argentina, o primeiro-ministro Fidel Castro visitou São Paulo, em 28 e 29 de abril de 1959. Na oportunidade, ele manifestou que a revolução cubana estava impulsionando uma importante reforma agrária, combatendo o desemprego, impulsionando a industrialização, e reprimindo as máfias ligadas à jogatina – muitas delas diretamente correlacionadas a interesses norte-americanos. E de forma otimista afirmou que “A revolução cubana constitui fato inédito na História moderna pois é a única que conta com o apoio de 90 por cento da população.”¹⁹ Todavia, em 30 de abril, a convite do presidente Kubitschek, o primeiro-ministro cubano visitou Brasília, então em construção. Acerca da futura capital brasileira, Castro comentou: “é bom ser jovem no Brasil, para se poder assistir ao progresso acelerado do Mundo.” Em seguida, o presidente brasileiro opinou que o “Fidel Castro é uma força nova, que está surgindo nestas Américas. Poderá fazer muita coisa, e será dentro de pouco tempo, um dos líderes mais poderosos.”²⁰

Após visitar as capitais da Argentina e Uruguai, o líder cubano retornou ao Brasil. No Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1959, aos jornalistas Castro disse que “Tão pronto existam condições razoáveis para a efetivação do pleito, tão logo se ultimem em Cuba os alicerces de uma justiça social, o povo será chamado às urnas para a escolha de seus novos dirigentes.” Negou veemente ser de ideologia comunista, ainda que tenha ponderado que “Cada povo tem o direito de escolher seu próprio caminho e o caminho que escolhemos em Cuba, tem características próprias cubanas, tal como nossa música e nossas tradições.” Na sua opinião, a revolução cubana era um “movimento de que participa todo o povo, unanimemente”, e que era “o primeiro movimento de massas da história do mundo que vitorioso não precisa censurar a imprensa, que aceita a opinião do povo e por isso conquista a simpatia do povo”. Todavia, com relação à Operação Pan-Americana, argumentou que “O Brasil deve prosseguir em seu esforço para defender e levar até o fim a ideia grandiosa do presidente Juscelino Kubitschek.”²¹

Poco depois, em evento patrocinado pela União Nacional dos Estudantes-UNE, o líder cubano discursou em praça pública. Ele manifestou, dentre outras questões, o seguinte: “O mais difícil de uma revolução não

18. Marco Antônio de Salvo Coimbra ao MRE, Telegrama 6 Confidencial-urgente, Havana, 25.1.1961, AMRE.

19. “São excelentes as relações entre Cuba e os EUA”, afirma Fidel Castro”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 30.4.1959, p. 13.

20. “De S. Paulo para Brasília”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 1.5.1959, p. 48.

21. “Promete Castro: Democracia Alicerçada na Justiça Social”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 6.5.1959, p. 38.

é a guerra [senão] as tarefas criadoras que têm por objetivo mudar a situação social contra a qual lutávamos”; e reiterou seu apoio à Operação Pan-Americana, da qual Cuba tornar-se-ia numa defensora. Diante do presidente Kubitschek, o primeiro-ministro cubano reconheceu: “o papel relevante a ser desempenhado pelo Brasil no concerto das nações latino-americanas.”²² E na despedida do Rio de Janeiro, em 7 de maio, Castro disse que levava “a mais grata lembrança do Brasil” e que tornar-se-ia um “propagandista das coisas brasileiras”.²³ Eis o impacto e a relevância da política externa do governo de Kubitschek, especialmente da luta contra o subdesenvolvimento apregoada pela Operação Pan-Americana (ALMEIDA, 2009).

22. “Fidel Castro falou duas horas em praça pública”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 7.5.1959, p. 56.

23. “Fidel Castro e sua comitiva voltaram ontem para Cuba”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 8.5.1959, p. 30.

Simultaneamente, parece pertinente comentar que o triunfo da revolução cubana implicou, de forma quase imediata, o início da contrarrevolução (LEOGRANDE; KORNBLUH, 2014). Lembre-se que Batista conseguiu fugir e se refugiar na vizinha República Dominicana, então governada pelo general Rafael Leónidas Trujillo Molina. Com apoio do conservador aliado dominicano, o antigo governante cubano e seus mais leais colaboradores – então refugiados no sul da Flórida e em outros sítios da bacia do Caribe, especialmente na Nicarágua e na Guatemala – iniciaram um decidido esforço contrarrevolucionário que foi denunciado por Castro em março de 1959. Essas forças contrarrevolucionárias eram integradas fundamentalmente por ex-militares do antigo exército regular. Em geral, eles foram conclamados a retomar as armas para insurgir-se contra um regime inicialmente reformista e nacional-desenvolvimentista, porém deciso a impulsionar mudanças significativas e profundas em seu país.

Observe-se que, dentro da sociedade cubana, as promessas da revolução causaram não pouca resistência dos setores tradicionais e privilegiados – especialmente da burguesia e da classe média-alta. Algumas das reformas propostas pelo novo governo – principalmente a reforma agrária, a nacionalização de alguns setores estratégicos (comunicações, energia, petróleo) e a reforma urbana – passaram a ser denunciadas de possuir pretensa orientação comunista. Paradoxalmente, na época do triunfo da revolução, o Partido Socialista Popular-PSP, quer dizer, o verdadeiro partido comunista da ilha, era minúsculo e inexpressivo. Nessa linha, a pecha de comunista era utilizada fundamentalmente no sentido *lato* do termo (GUERRA, 2014; BUSTAMANTE; LAMBE, 2019).

Ainda que nominalmente o governo revolucionário fosse presidido pelo desembargador Manuel Urrutia e que, em seu gabinete ministerial, predominassem inicialmente personalidades de orientação liberal e conservadora, era bastante evidente que a principal figura do regime era mesmo o primeiro-ministro Fidel Castro (MONIZ BANDEIRA, 1998). E gradualmente, Castro e outros membros do antigo Movimento Revolucionário 26 de Julho passaram a ocupar cargos ministeriais, procurando impulsionar as principais políticas revolucionárias – que eram promessas e demandas dos setores subalternos da sociedade; porém consideradas comunistas, radicais ou ilegais pelo empresariado e o capital estrangeiro. Tal situação gerou considerável instabilidade e ingovernabilidade política, até que o próprio presidente Urrutia considerou apropriado renunciar

e se exilar. Ele foi substituído, em julho de 1959, pelo ministro das Leis Revolucionárias, o advogado Osvaldo Dorticós Torrado.

A nacionalização de algumas empresas vitais e, especialmente, a implementação da – segunda – Lei de Reforma Agrária, que atingiu em cheio grandes corporações açucareiras de propriedade cubana e estrangeira, provocaram as primeiras tensões realmente significativas entre o regime revolucionário e a administração Eisenhower (LOAYZA, 1999). Cumpre lembrar que na época dos fatos as políticas de nacionalização de ativos privados era relativamente frequente em muitos países do continente, no marco das políticas nacional-desenvolvimentistas (CERVO, 2001). Ao mesmo tempo, no caso cubano, a indústria açucareira era particularmente significativa, sendo que quase toda a produção era destinada à exportação, principalmente ao mercado dos Estados Unidos. Com efeito, em 1959, a quota açucareira cubana no mercado norte-americano superava as três milhões de toneladas. A ameaça de um eventual embargo norte-americano à importação de açúcar cubano tornou-se um elemento adicional das contradições entre os governos de Washington e Havana (SEWELL, 2015).

Paralelamente, sabe-se que o então major Ernesto Guevara, aliado dos irmãos Fidel e Raúl Castro, recomendou não somente criar um novo exército revolucionário – leal ao novo governo –, como também fomentou a organização de milícias populares que pudessem resistir a uma eventual investida contrarrevolucionária, que ele considerava iminente após a vitória de janeiro de 1959. Destacou-se também o agir do comandante das novas forças armadas, o Raúl Castro. Mesmo sem ser membro do PSP, o irmão mais novo do primeiro-ministro era o mais pró-soviético dos membros da elite revolucionária cubana.

No meio desse complexo debate ideológico e político, Vasco Leitão da Cunha informou ao Itamaraty que, para verdadeiros dirigentes de partidos comunistas procedentes do leste europeu que visitaram a ilha, em meados de 1960, era “difícil caracterizar a revolução cubana e entendê-la dentro do conceito marxista.”²⁴ Nessa linha, “A revolução cubana seria ainda estranha ao verdadeiro modelo comunista por não existir aqui operariado industrial ou campesinato capazes de servir de base a um movimento de revisão das instituições”. Conseqüentemente, por ser conduzida por um “grupo inexperiente, de formações ideológicas diversas e pouco definidas”, o que predominaria na ilha, na visão daqueles dirigentes, seria um “marxismo amador”, ou um “cubanismo.”²⁵

Parece evidente que foi a necessidade de apoio econômico, político-diplomático e de segurança, antes que considerações ideológicas, face ao crescente enfrentamento com os Estados Unidos, o que determinou a espetacular aproximação de Fidel Castro com a União Soviética, então comandada pelo *premier* Nikita Khrushchev (FURSENKO; NAF-TALI, 1998). Eis a assinatura do acordo Roa-Mikoyan, de 13 de fevereiro de 1960 (RUPPRECHT, 2015). Resumidamente, o acordo em referência garantia aos cubanos a exportação de seu açúcar para a União Soviética em troca de petróleo, armas, técnicos e recursos financeiros para impulsionar a almejada industrialização da ilha. Para o embaixador Vasco Leitão da Cunha,

24. Marcos Antônio de Salvo Coimbra ao MRE, Telegrama (confidencial) 226, Havana, 16.8.1960, AMRE.

25. *Ibid.*

o acordo que acaba de ser firmado entre Cuba e a URSS foi motivado sobretudo pelo desejo de demonstrar aos Estados Unidos da América as possibilidades deste Governo de fazer entendimentos fora da órbita americana e deixar patente sua capacidade de escolher livremente, e segundo suas preferências, a melhor cooperação para o desenvolvimento do país. Tal posição, agora assumida, aliada às anteriores atitudes do Governo cubano perante os interesses americanos poderá ser efetivamente interpretada como demonstrativa das intenções deste Governo de não agir conforme a orientação americana. [...] Aceitando como boas as informações colhidas, teremos que o recém assinado acordo com a URSS não representa mudança fundamental da política cubana mas, sim, uma valorização de Cuba para buscar o entendimento indispensável com os Estados Unidos em bases favoráveis para este país. A outra hipótese seria a de que o acordo firmado representasse, de fato, uma orientação política pró-soviética, significando, assim, uma mudança real de rumo.²⁶

26. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama (confidencial) 15, Havana, 15.3.1960, AMRE.

Como quer que seja, no marco da competição Leste-Oeste e da história global da Guerra Fria, a aproximação entre Havana e Moscou gerou bastante preocupação em Washington, Rio de Janeiro, e outras capitais do continente americano (BLASIER, 1989). Destarte, alguns dias depois da assinatura do acordo cubano-soviético, Eisenhower concedeu autorização para que os serviços de inteligência de seu país organizassem uma operação encoberta destinada a derrubar o governo revolucionário, inclusive com o alistamento dos membros da Brigada 2506 (HUSAIN, 2005). Paralelamente, um virtual conflito econômico resultou na nacionalização de numerosas empresas de origem norte-americana – refinarias de combustíveis, usinas açucareiras, comunicações, bancos – e na imposição de um embargo comercial e financeiro que ainda vigora.

4. Dwight Eisenhower em Brasília, 1960: os prolegômenos da operação Zapata – ou um ‘pequeno porrete’

Entre 22 e 24 de janeiro de 1960, o presidente Dwight Eisenhower visitou Brasília – então em construção – e o Rio de Janeiro. Para além de deliberar sobre assuntos estritamente bilaterais, os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos abordaram a questão cubana (PONTES, 2019; HITCHCOCK, 2018; STREETER, 1994). “Posso declarar, com toda a consciência, que nas horas que passei com o Presidente Eisenhower, não pude sentir senão um desejo vivo, veemente e sincero de fazer com que a compressão se restabelecesse”, manifestou, *ex-post-facto*, o líder brasileiro.²⁷ Como desdobramento dessa visita presidencial, bem como da persistência das divergências bilaterais entre Washington e Havana, o presidente Kubistchek chegou a oferecer publicamente seus bons ofícios tanto a estadunidenses quanto a cubanos para tentar resolver as divergências entre as partes. Assim, em meados de março de 1960, o mandatário brasileiro afirmou que estaria disposto a colaborar para desfazer “conceitos errados”, “mal-entendidos” e “tentar desarmar os espíritos”.

Na oportunidade, o governante brasileiro também recomendou publicamente a realização de um encontro direto dos dirigentes de Washington e Havana para esclarecer as incompreensões e as queixas recíprocas. Nessa hipótese, Kubitschek manifestou que o “Brasil se sentiria honrado de ser sede de tal reunião”. Finalmente, o presidente assegurou que, diante da possibilidade de uma provável redistribuição da

27. “Juscelino dispõe-se a servir de mediador entre Cuba e EUA”, Folha de São Paulo, São Paulo, 17.3.1960, p. 1.

quota do açúcar cubano até então importada pelos Estados Unidos, medida de pressão econômica determinada pela administração Eisenhower e que poderia beneficiar os exportadores brasileiros, era importante deixar claro que, mesmo reconhecendo a “grande necessidade de mercados para seus produtos”, o Brasil “não deseja obtê-los aproveitando-se de ocasionais divergências entre países amigos.”²⁸

Agora se sabe que os bons ofícios oferecidos pelo presidente Kubitschek aos estadunidenses e aos cubanos para dirimir com apoio brasileiro as divergências bilaterais pela via da mediação – isto é, com apoio de uma terceira parte – foram claramente rejeitados. No caso norte-americano, em 25 de janeiro, isto é, logo após o retorno de Eisenhower a Washington, se anunciou uma chamada para consultas do embaixador em Havana, Philip Bonsal. No dia seguinte, o mandatário norte-americano retrucou publicamente algumas acusações cubanas – especialmente de auxiliar atividades contrarrevolucionárias realizadas desde território estadunidense, particularmente de voos clandestinos efetivamente realizados desde a Flórida, que provocavam bombardeios e incêndios nas plantações da ilha, bem como a divulgação de propaganda antigovernamental nas cidades. A esse respeito, o presidente Eisenhower afirmou que mantinha estrita aderência ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos cubanos, demandou de uma justa compensação pelas propriedades de cidadãos norte-americanos nacionalizadas pelo regime de Havana, e pronunciou sua confiança “na habilidade do povo cubano para reconhecer e derrotar as intrigas do Comunismo internacional que estão orientadas para a destruição das instituições democráticas em Cuba e a tradicional e mutuamente benéfica amizade entre os povos cubano e estadunidense.”²⁹

Nesse contexto de altas e crescentes tensões bilaterais, em 17 de março de 1960, Eisenhower concedeu autorização aos serviços de inteligência norte-americanos para financiar uma operação encoberta destinada a derrocar a Castro e instalar em Havana um regime mais amigável aos interesses econômicos, políticos e estratégicos da principal potência de Ocidente – isto é, a assim chamada operação Zapata (SEWELL, 2008). Segundo Piero Gleijeses (1995), o presidente Eisenhower dirigiu no mínimo três encontros do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos relacionados com a operação Zapata destinada a derrocar o governo revolucionário cubano – quer dizer, o mencionado encontro de 17 de março, e também em 18 de agosto e 28 de novembro de 1960. Entre março de 1960 e abril de 1961, os serviços de inteligência dos Estados Unidos gastaram mais de US\$ 40 milhões de dólares com o alistamento, fornecimento de armas, logística, guerra psicológica, e outras atividades vinculadas com a mencionada operação encoberta (HUSEIN, 2005).

Nos meses subsequentes, o planejamento da operação Zapata mudou de conceito. Três fases mais ou menos importantes e interdependentes podem ser identificadas: a) a mudança de governo desde dentro, b) a infiltração de guerrilhas (comandos), e c) a invasão anfíbia. Eis um ‘pequeno porrete’ que incluía o apoio a atividades de sabotagem, sublevação, distúrbios, assassinatos seletivos, atentados, guerra psicológica, espionagem, e pressão diplomática multilateral para isolar o regime revolucionário. Cumpre constatar que alguns atores se insurgiram contra o

28. Cumpre acrescentar que as relações econômicas internacionais do Brasil durante a administração de Kubitschek foram bastante turbulentas, principalmente no campo financeiro e comercial. Tal situação gerou certa dependência e vulnerabilidade do Brasil em relação aos Estados Unidos e aos organismos multilaterais – particularmente em relação ao Fundo Monetário Internacional (OLIVEIRA, 2019; FARIAS, 2015; SEWELL, 2010).

29. “Statement by President Eisenhower”, The Department of State Bulletin, v. XLII, n. 1071, pp. 237-238, 1960.

governo revolucionário e colaboraram com a operação Zapata por convicções pessoais e comunitárias – especialmente no caso da insurreição camponesa na serra do Escambray. Mesmo assim, a maioria dos milicianos vinculados à contrarrevolução, principalmente no caso da Brigada 2506, era mesmo integrada com assalariados da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos-CIA (KORNBLUH, 1998).

Inicialmente, o propósito predominante era fomentar deserções e um massivo alçamento interno de elementos anticomunistas dirigidos por lideranças anticastristas do próprio governo – em outras palavras, uma mudança de regime desde dentro. Nesse sentido, certos dirigentes políticos e militares tentaram moderar e denunciar as políticas impulsionadas pela elite revolucionária. Muitos desses dirigentes – Manuel Urrutia, José Miró Cardoso, Ángel Aparício –, após fracassar na tentativa de tomar o poder desde dentro, acabaram exilando-se e quase sempre participando como lideranças civis da operação encoberta. Algo semelhante aconteceu com certos militares de orientação anticomunista, eis o caso do ex-comandante da força aérea Pedro Luis Díaz Lanz ou o comandante Huber Matos.

Em um segundo momento, sem abandonar o propósito de estimular deserções, a operação Zapata passou a trabalhar sob o conceito de infiltração de pequenos grupos de guerrilhas – comandos –, destinados a apoiar ações de sabotagem urbana, especialmente em Havana, e de resistência rural, com destaque aos episódios na serra do Escambray. No caso das ações de sabotagem em áreas urbanas é importante mencionar as intervenções de atores vinculados a movimentos sociais e núcleos sindicais de orientação católica. A documentação examinada realmente relata a ocorrência de numerosos atos de sabotagem – nas redes elétricas, nas unidades industriais e o enigmático caso da explosão do navio francês *Le Coubre* (em 4 de março de 1960) – que quase sempre acabavam com a solicitação de asilo dos insurgentes em alguma representação diplomática latino-americana. Observe-se que algumas lideranças sediciosas tinham sido aliadas de Castro na época da luta contra Batista. Porém, desiludidos ou cooptados, certos dirigentes resolveram continuar sua luta, doravante contra o regime castrista. Eis o caso de Manuel Ray, chefe do Movimento Revolucionário do Povo-MRP.

O terceiro conceito utilizado pelo planejamento norte-americano – e que veio a vigorar em abril de 1961 – foi da invasão anfíbia. Resumidamente, uma força expedicionária integrada por 1500 homens deveria desembarcar e assegurar uma praia durante uma semana. Nessa localidade seria instaurado um governo provisório – ou “governo em armas” –, que seria reconhecido pelos Estados Unidos, e forçando posteriormente a queda do governo de Castro. Vale acrescentar que esse governo provisório deveria ser organizado a partir da unificação dos diferentes núcleos políticos do exílio cubano e interlocutores dentro da ilha.

Assim, em agosto de 1960, a embaixada brasileira em Havana corroborou a existência da operação Zapata nos seguintes termos: “Estou informado de que se prepara, em um campo de treinamento dos Estados Unidos da América, Força Expedicionária para invadir este país, composta de cubanos, antigos partidários de Fidel Castro e, agora, de separação.”

A referida força expedicionária seria comandada pelo ex-coronel Ramón Barquín. As ações militares procedentes do exterior seriam apoiadas por pilotos exilados da força aérea, bem como por insurgentes sublevados nas regiões de Sierra Maestra e Escambray – “todos convencidos revolucionários, mas decididos opositores do Comunismo”, acrescentou-se. Nesse cenário, “poderá o Governo de Fidel Castro ver-se diante de uma situação extremamente difícil.” Como quer que seja, o embaixador Vasco Leitão da Cunha também ponderou o seguinte: “É certo, entretanto, a disposição inegável dos homens deste Governo de não entregar o mando sem uma reação violenta que poderá atingir as culminâncias da brutalidade, com derramamento de sangue.”³⁰

Parte integrante da estratégia contrarrevolucionária era isolar o governo cubano, tanto em termos bilaterais quanto multilaterais – especialmente no contexto da Organização dos Estados Americanos-OEA. No campo bilateral, em 3 de janeiro de 1961, a administração Eisenhower anunciou o rompimento das relações diplomáticas com Havana. Relativamente a esse assunto, o embaixador brasileiro em Washington, Carlos Alfredo Bernardes, informou a Rio de Janeiro o seguinte: “A minha impressão é de que o Governo americano foi colhido de surpresa pela atitude cubana e, em momento de irritação e em vista da inutilidade de manter a representação diplomática com onze funcionários, incluindo serviços e subalternos, resolveu romper relações”; acrescentando, seguidamente, que “Não se trata, por tanto, a meu ver de um ato premeditado de antecede a outros igualmente planejados. Antes, creio em um impulso de momento em revide à forte provocação.”³¹ Na realidade, o governo de Castro aparentemente tinha em seu poder provas convincentes de realização de atividades incompatíveis com o exercício da diplomacia no caso de numerosos servidores da referida representação estrangeira em Havana.

No terreno multilateral, a estratégia de gradual isolamento do regime cubano do sistema interamericano resultou, por exemplo, na VII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Américas na cidade de São José, Costa Rica, entre 22 e 29 de agosto de 1960. Ainda que não seja possível incluir neste espaço uma avaliação detalhada das resoluções dessa reunião de consulta, é evidente que a denominada Declaração de São José questionou a intervenção de uma potência extracontinental – isto é, da União Soviética – nos assuntos das repúblicas americanas. Igualmente, se manifestou a necessidade de reivindicar a democracia representativa. E se reiterou a confiança dos governos americanos no sistema hemisférico, no pan-americanismo e na OEA. Agora se sabe que a Declaração de São José teve continuidade e desdobramentos importantes na conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, inclusive com a exclusão do regime revolucionário cubano do principal foro político-diplomático hemisférico.

Em suma, parece evidente que a administração Eisenhower teve inicialmente algumas ambiguidades e reservas diante do regime revolucionário cubano. Entretanto, a partir da assinatura do acordo Roas-Mikoyan, bem como de certas ações ou omissões dentro do próprio território norte-americano – especialmente certa tolerância diante de atividades contrarrevolucionárias realizadas desde a Flórida –, o governo de Wash-

30. MRE a Embaixada em Washington, Minuta de Telegrama 376 (Secreto), Rio de Janeiro, 11.8.1960, AMRE.

31. Carlos Alfredo Bernardes ao MRE, Telegrama (confidencial) 24, Washington, 6.1.1961, AMRE.

ington adotou uma postura muito mais enérgica em relação à revolução cubana, resultando na aprovação da denominada operação Zapata. No contexto de competição e confrontação Leste-Oeste e da história global da Guerra Fria, houve um retorno à política do porrete – neste caso, do ‘pequeno porrete’. Eis evidência de uma significativa mudança nas relações hemisféricas e na recomposição da Guerra Fria latino-americana. Todavia, a eleição de John F. Kennedy, em novembro de 1960, colocou desafios adicionais nas relações bilaterais entre Estados Unidos e Cuba, em particular, e hemisféricas e até globais, em geral (GREENSTEIN, 1994).

5. Nikita Khrushchev no Caribe: coexistência pacífica, defesa da revolução e competição Leste-Oeste

Em 21 de janeiro de 1961, o embaixador Vasco T. Leitão da Cunha encaminhou ao chanceler brasileiro um relatório sobre uma última missão de consulta a Cuba, antes de deixar o posto em Havana, que ocupou desde dezembro de 1956 – isto é, desde a época do governo de Fulgêncio Batista. O documento em apreço merece uma análise específica pela riqueza de informações nele contidas. Segundo o autor do relatório, a partir de maio de 1960, “toda a orientação da política externa e todas as medidas tomadas no interior do país conduziram fatalmente a uma integração efetiva de Cuba no sistema de interesses das Repúblicas socialistas.”³² “Fidel Castro foi incontestavelmente um trunfo para a política do Kremlin, mas este agora se preocupa com a possibilidade de que Fidel se torne um embaraço”, acrescentou. Ponderou que a União Soviética,

exerce um domínio efetivo sobre a economia cubana, pela compra política a preço inferior do mercado norte-americano de açúcar, de que não precisa a través do fornecimento do petróleo a longa distância e a muito maior custo. Um corte nas aquisições ou vendas de um desses dois produtos pode produzir a paralisação do país. Por isso, o Comandante Ernesto Guevara, depois de sua viagem a Moscou e Pequim [em dezembro de 1960] achou-se na posição ideal para poder enfrentar publicamente Fidel Castro, recomendando uma política internacional de moderação e uma política interna realista, de disciplina e produtividade.³³

33. Ibid.

Com efeito, os soviéticos gradualmente assumiram responsabilidades e relevância na política doméstica e na inserção internacional cubana, principalmente após acordo Roa-Mikoyan, em fevereiro de 1960. Além do fornecimento de petróleo e da compra do açúcar cubano – anteriormente exportado para os Estados Unidos –, os soviéticos ofereceram apoio político-diplomático, acesso a informação de inteligência, assessores militares e armamentos sofisticados para defender a revolução. Esses assessores e armamentos acabaram sendo absolutamente cruciais no momento de enfrentar as ameaças contrarrevolucionárias. Consequentemente, Nikita Khrushchev estava realmente satisfeito de ter conseguido um novo aliado, mesmo tão longe de Moscou (SEWELL, 2008; RUPPRECHT, 2015).

Mutatis mutandis, os soviéticos exigiram disciplina, moderação, produtividade, racionalização, e convergência de visões e interesses de Havana. Observe-se que diplomatas soviéticos lotados na capital cubana não deixaram de queixar-se da “completa desordem reinante nos quadros governamentais do país”.³⁴ O chanceler Andrei Gromiko teria dito ao pri-

32. Vasco T. Leitão da Cunha, “Relatório para o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. Política Exterior de Cuba”, Ofício (secreto), Rio de Janeiro, 23.1.1961, AMRE.

34. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 302 (Confidencial), Havana, 6.10.1960, AMRE.

meiro-ministro cubano que “desaprovava os excessos nos discursos por este pronunciados”, alertando-o de que o governo soviético não poderia acompanhar o regime cubano “nesse açodamento” – constatação que teria influenciado no adiamento de uma esperada visita de Khrushchev a Cuba.³⁵ Eis uma crescente pressão de Moscou para conseguir uma sovietação do “cubanismo” então predominante na ilha caribenha.

O comunicado conjunto soviético-cubano, de fevereiro de 1960, assinado por Roa e Mikoyan, é frequentemente citado como a oficialização da incorporação cubana no mundo socialista – e, em certo sentido, também do alinhamento com as visões e prioridades soviéticas no mundo. Gradualmente, os quadros do minúsculo PSP – isto é, o partido dos velhos comunistas cubanos – passaram a ocupar cargos cada vez mais importantes no aparato administrativo da ilha. Todavia, no final de julho do mesmo ano, no marco do 1º congresso da Juventude, o ministro Ernesto Guevara teria admitido “sem reboços” o vezo marxista da revolução, agradecendo o apoio que lhe davam os países socialistas – considerados como “únicos amigos com os quais ela [Cuba] poderia contar” –, e ponderado que, mesmo no caso de um “eclipse da revolução”, a juventude presente no referido evento poderia “fazer brotar a liberdade em todos os rincões da América”.³⁶ Alguns meses depois, por motivos táticos, na véspera da batalha da baía dos Porcos, o próprio primeiro-ministro Castro teve que anunciar uma orientação socialista para a revolução, especialmente para garantir o compromisso soviético com a supervivência do regime (FURSENKO; NAFTALI, 1998).

Em janeiro de 1961, pouco antes da sucessão presidencial brasileira do Juscelino Kubitschek ao Jânio Quadros – bem como do Dwight Eisenhower ao John F. Kennedy –, o exército revolucionário cubano contava com 20 mil soldados rigorosamente treinados por soviéticos e tchecos, 100 mil milicianos com treinamento básico, e 6 mil policiais. Obviamente, essas forças tinham que estar presentes em todo o território da ilha, inclusive em zonas afastadas e montanhosas, o que representava uma dispersão de poderio militar – em benefício da força expedicionária invasora, que poderia decidir o melhor local para desembarcar. Simultaneamente, a aeronáutica e a marinha de guerra ainda utilizavam equipamentos herdados da era Batista. Na opinião da embaixada brasileira em Havana, os preparativos do governo cubano diante da iminente invasão eram bastante sofisticados. Cinco navios soviéticos teriam desembarcado, no início de outubro de 1960, considerável quantidade de material de emprego militar: artilharia, tanques, caminhões, dentre outros. Essa massiva e oportuna transferência de armas soviéticas teria motivado uma primeira tentativa de desembarque da Brigada 2506 (THOMAS, 2006).

Com efeito, o embaixador Vasco Leitão da Cunha chegou a informar, em 29 de outubro de 1960, que “a invasão terá início dentro de 48 horas ou, no máximo nos próximos 10 dias.”³⁷ O documento em apreço comentava que essa opinião era compartilhada por outras fontes diplomáticas sediadas em Havana e pelo governo revolucionário. Destarte, “A invasão parece precipitar-se, em vista da certeza de que ora teriam os Estados Unidos da América de que o armamento [soviético recém chegado a Cuba] representa verdadeira ameaça à segurança continental.”³⁸

35. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 314 (Confidencial), Havana, 18.10.1960, AMRE.

36. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 180 (Confidencial-urgente), Havana, 29.7.1960, AMRE.

37. Vasco T. Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama (confidencial-urgente) 337, Havana, 29.10.1960, AMRE.

38. *Ibid.*

39. Vasco T. Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama (confidencial-urgente) 324, Havana, 21.10.1960, AMRE.

40. Ibid.

41. Vasco Tristão Leitão da Cunha ao MRE, Telegrama 338 (Confidencial-urgente), Havana, 31.10.1960, AMRE.

42. Ibid.

Poucos dias antes, Vasco Leitão da Cunha relatava que até uma guerra civil era iminente. Mesmo nessa hipótese, “as autoridades cubanas [estavam] convencidas de que triunfarão na luta”, informou-se ao Itamaraty.³⁹ Em última instância, o governo revolucionário estaria disposto a aceitar o “martírio”. Nesse cenário, elucubrou aquela fonte, “embora aos comunistas interesse mais o triunfo e a consolidação da revolução cubana, [eles] estariam dispostos, em caso de ataque, a obrigarem seus adversários a transformar Cuba em uma Hungria de Ocidente.” E, assim, “estimular o antiamericanismo na América Latina.” Inversamente, “Os Estados Unidos da América se empenhariam, por sua vez, em que a operação, fulminante e bem sucedida, seja levada a efeito, sem um massacre.”⁴⁰

O alerta de invasão iminente, em outubro-novembro de 1960, acabou sendo cancelado. Segundo confienciaram diplomatas estadunidenses ao seu interlocutor, aparentemente a Brigada 2506 ainda não estava “suficientemente preparada”. Conseqüentemente, essa invasão deveria “tardar alguns meses” – eis a operação Zapata, herdada pela administração Kennedy e executada em abril de 1961.⁴¹ Outrossim, um desembarque de forças militares norte-americanas poderia ser excluído, “por entender que semelhante ação dos Estados Unidos alienaria a opinião pública latino-americana.”⁴² Todavia, é importante lembrar que uma invasão a Cuba não somente seria questionada no contexto latino-americano, como também poderia provocar reações dos soviéticos, particularmente em Berlim, Irã, Laos ou Coreia. Eis as relações de interdependência e competição Leste-Oeste, próprias da história global da Guerra Fria (JENKINS, 2021; WESTAD, 2017; GADDIS, 2005).

Em suma, mesmo não sendo um satélite dócil ou subserviente, a partir de meados de 1960 o regime revolucionário cubano se aproximou de forma ostensível ao governo comandado pelo *premier* Nikita Khrushchev. Essa convergência bilateral teve conseqüências e desdobramentos bastante significativos nas três décadas subsequentes, particularmente na competição Leste-Oeste, no diálogo Norte-Sul, na recomposição do sistema interamericano, e inclusive no conflito ideológico Leste-Leste – ou sino-soviético da época. Cumpre acrescentar que, pouco depois de servir na embaixada em Havana, e no contexto do reatamento das relações diplomáticas brasileiro-soviéticas, o embaixador Vasco Leitão da Cunha acabou sendo transferido, precisamente, para a representação diplomática brasileira em Moscou (CATERINA, 2019). E lá estava, na época da dramática crise dos mísseis soviéticos em Cuba, de outubro de 1962, que quase provocou a terceira guerra mundial – quer dizer, o temido holocausto nuclear.

Considerações finais

A documentação diplomática consultada certamente abre oportunidades para pesquisas fundamentadas em evidência acerca da formulação e implementação da política externa brasileira diante de uma revolução social que acabou tendo considerável impacto e transcendência dentro do próprio país, nas relações bilaterais brasileiro-cubanas e na competição Leste-Oeste. A pesquisa documental forneceu um considerável conjunto

de dados de grande relevância, especialmente para os estudos de política externa brasileira, das relações internacionais da América Latina e também de história global da Guerra Fria (JENKINS, 2021; WESTAD, 2017). Igualmente, a documentação auscultada poderia acabar sendo de interesse de pesquisadores de inspiração realista, crítica, marxista, ou neoinstitucionalista (HALLIDAY, 1999).

Com relação especificamente ao problema-objeto, é pertinente verificar o impacto da revolução cubana durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, principalmente na formulação e implementação de sua política bilateral, hemisférica e global (VIZENTINI, 2004). As preocupações do mandatário brasileiro em torno à questão do subdesenvolvimento econômico e sociopolítico certamente têm muito a ver com as origens da própria revolução cubana. Nessa linha, parecem existir algumas afinidades eletivas entre o reformismo moderado e ocidentalista próprio da Operação Pan-Americana, e o não alinhamento, equidistância e solidariedade Sul-Sul manifestada inicialmente pelos dirigentes cubanos. A precoce visita do primeiro-ministro Fidel Castro ao Brasil – inclusive a Brasília, então em construção –, no final de abril e começo de maio de 1959, destacou as convergências, ao menos retóricas, entre as partes.

A partir do aprofundamento das divergências bilaterais cubano-estadunidenses e da convergência cubano-soviética, especialmente no primeiro semestre de 1960, o governo de Kubitschek ofereceu aos governos de Havana e Washington seus bons ofícios para tentar uma mediação susceptível de ajudar a encontrar soluções para as tensões Norte-Sul e Leste-Oeste. A documentação consultada também sugere que Kubitschek acompanhou pessoalmente os debates, as resoluções e o posicionamento da delegação brasileira na VII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, na cidade de São José, Costa Rica, em agosto de 1960. De fato, nesse encontro pan-americano houve fortes divergências entre as delegações do Brasil e de Cuba – especificamente entre o chanceler cubano Raúl Roa, de um lado, e o chanceler brasileiro Horácio Lafer, de outro.

Destaca-se nesta pesquisa a personalidade e o trabalho realizado pelo embaixador brasileiro em Havana, entre 1956 e 1961. As ações, percepções e interpretações de Vasco Leitão da Cunha (1994) são, realmente, significativas e transcendentais. Mesmo de feitio conservador, a documentação trocada entre o Ministério das Relações Exteriores e a embaixada em Havana sugere que Leitão da Cunha manteve-se numa linha de razoável isenção, profissionalismo e sensatez. A sua proposta básica de tentar “recuperar a Revolução cubana ao convívio continental”, mesmo que isso fosse questionado por outros atores com vínculos e interesses na questão cubana, merece ser apontada como uma contribuição aos estudos de política externa brasileira e da história global da Guerra Fria. Igualmente, é irretocável seu trabalho no que diz respeito à concessão do asilo diplomático em favor de cidadãos perseguidos tanto pelo regime de Fulgêncio Batista quanto pelo regime revolucionário. Seu senso crítico, capacidade de interlocução, e um sincero interesse pela superação do subdesenvolvimento em Cuba e noutros países da região também merecem ser valorizados e reconhecidos. Evidentemente, ainda está por ter-

minar de se esclarecer os alegados vínculos de sua esposa, a embaixatriz Virgínia Leitão de Cunha, com a inteligência estadunidense atuante dentro do território cubano na época dos fatos, conforme reconheceu Juanita Castro (2009), irmã mais nova de Fidel e Raúl Castro.

Sob uma perspectiva acadêmica mais abrangente, entende-se que a pesquisa realizada abre alternativas para futuros estudos ainda mais ambiciosos, sofisticados e transcendentos. Dentre essas alternativas para futuras pesquisas destaca-se, por exemplo, a necessidade de aprofundar e complementar conhecimentos acerca do impacto da questão cubana na inserção internacional brasileira mesmo antes da denominada Política Externa Independente, impulsionada durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart (LOUREIRO, 2020). Também é plausível ampliar e complementar os estudos acerca dos processos de tomada de decisões, bem como deliberar acerca do entrelaçamento da análise documental com os grandes paradigmas da política externa brasileira.

Outrossim, a evidência de origem brasileira efetivamente contribui a documentar, examinar e refletir acerca do problema-objeto. Com efeito, entende-se que a evidência em referência é significativa tanto sob a perspectiva da política externa do Brasil, quanto da história global da Guerra Fria. Essa perspectiva teórico-metodológica é cada vez mais importante na historiografia das relações internacionais contemporâneas. Em consequência, entende-se que, alicerçados numa base empírica relativamente consistente, é plausível avançar com inferências causais, explicativas e correlacionais mais convincentes, legítimas, objetivas e verificáveis (TRACHTENBERG, 2009).

Por último, mas não menos importante, um outro tema para futuras pesquisas poderia ser a reação de outras potências – e até de atores não-estatais – com vínculos e interesses tanto no Brasil, quanto em relação à questão cubana. Eis o caso dos governos de Washington, Moscou, México, Paris, Londres, dentre outros. Nesse diapasão, a abertura de novos arquivos brasileiros e a reavaliação das fontes já conhecidas poderiam ajudar e contribuir na compreensão de um problema-objeto relevante e significativo, seja em termos brasileiros, continentais ou mesmo globais (JENKINS, 2021; WESTAD, 2017). Isto posto, e voltando à pergunta-orientadora apresentada na Introdução do manuscrito, infere-se que existe um lastro documental suficientemente consistente para considerar corroborada, ao menos provisoriamente, a hipótese desta pesquisa.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. **Miguel Ozorio de Almeida**: um depoimento. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BEZERRA, G. **Da Revolução ao Reatamento**: a Política Externa Brasileira e a Questão Cubana. Brasília: Funag, 2012.
- BLASIER, C. **The Giant's Rival**: The USSR and Latin America. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989.
- BRENNER, P.; ET AL. **A Contemporary Cuban Reader**: Reinventing the Revolution. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2008.
- BUSTAMANTE, M. **Cuban Memory Wars**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

- BUSTAMANTE, M; LAMBE, J. **The Revolution from Within: Cuba, 1959-1980**. Durham: Duke University Press Books, 2019.
- CALDAS, R. **A Política Externa do Governo Kubitschek**. Brasília: Thesaurus, 1996.
- CARRIÈRES, H. **Gestão de Vasco Leitão da Cunha no Itamaraty e a política externa brasileira: seleção de documentos diplomáticos (1964-1965)**. Volumes I e II. Brasília: Funag, 2021.
- CASTRO, J. **Fidel y Raul, Mis Hermanos**. Doral: Aguilar, 2009.
- CATERINA, G. **Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)**. Rio de Janeiro, 2019. 426 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2019.
- CERVO, A. **Relações Internacionais da América Latina**. Brasília: Funag e Ibri, 2001.
- FARIAS, R. Brazil and the Origins of the Multilateral Trading System. **The International History Review**, Londres, v. 37, n. 2, p. 303-323, 2015.
- FREEDMAN, L. **Kennedy's Wars: Berlin, Cuba, Laos, and Vietnam**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- FURSENKO, A; NAFTALI, T. **One hell of a gamble**. Khrushchev, Castro and Kennedy, 1958-1964. Nova York: W. W. Norton & Co., 1998.
- GADDIS, J. **The Cold War: a new history**. Londres: Penguin Books, 2005.
- GLEIJESES, P. Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs. **Journal of Latin American Studies**, Miami, v. 27, n. 1, pp. 1-42, 1995.
- GREENSTEIN, F. **The Hidden-Hand Presidency: Eisenhower as Leader**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- GUERRA, L. **Vision of Power in Cuba: Revolution, Redemption, and Resistance, 1959-1971**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.
- HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- HERSHBERG, J. A “Friend of the Revolution” or a “Traitor”? Vasco Tristão Leitão da Cunha, Fidel Castro (and his Sister), and Brazilian-Cuban Relations, 1956- 1964. New Perspectives on Latin America’s Cold War. International Studies Association/Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (ISA/FLACSO) Conference. Buenos Aires, Julho de 2014. Disponível em: < <http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/755c1dff-d7-41fc-a8d7-dce3ccd6cd16.pdf>>. Acesso em 5 nov. 2021.
- HITCHCOCK, W. **The Age of Eisenhower: America and the World in the 1950s**. New York: Simon and Schuster, 2018.
- HUSAIN, A. Covert Actions and US Cold War Strategy in Cuba, 1961-62. **Cold War History**, Londres, v. 5, n. 1, pp. 23-53, 2005.
- JENKINS, P. **A Global History of the Cold War, 1945-1991**. Nova York: Springer, 2021.
- KORNBLUH, P. **Bay of Pigs Declassified: The Secret CIA Report on the Invasion of Cuba**. Nova York: New Press, 1998.
- KUBITSCHKEK, J. **Discursos Seleccionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Funag, 2010.
- LEITÃO DA CUNHA, V. **Diplomacia em Alto-mar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- LEOGRANDE, W.; KORNBLUH, P. **Back Channel to Cuba: The Hidden History of Negotiation Between Washington and Havana**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.
- LOAYZA, H. **Dollar diplomacy with a new look: President Eisenhower’s inter-American policies, 1953-1961**. West Lafayette, 1999. 259 f. Tese (Doutorado em Filosofia), Purdue University.
- [LOUREIRO, F. P.](#) **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. 1. ed. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2020.
- LOUREIRO, F. P. A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: Ferreira, J., Delgado, L. **O Brasil Republicano**. O Tempo da Experiência Democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (1945-1964). 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Cap. 6, p. 179-206.
- MONIZ BANDEIRA, L. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

- OLIVEIRA, F. **Negociações Financeiras Internacionais e Atores Políticos**: a Suspensão das Negociações entre Brasil e FMI na Administração Juscelino Kubitschek (1957-1959). São Paulo, 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de São Paulo.
- PONTES, K. **A parceria frustrada**: JK e os Estados Unidos. Brasília, 2019. 342 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília.
- RABE, S. **The Killing Zone**: The United States Wages Cold War in Latin America. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- RABE, S. **Eisenhower and Latin America**: The foreign policy of anticommunism. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1988.
- RUPPRECHT, T. **Soviet internationalism after Stalin**: interaction and exchange between the USSR and Latin America during the cold war. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- RUPPRECHT, T. Socialist high modernity and global stagnation: a shared history of Brazil and the Soviet Union during the Cold War. **Journal of Global History**, Cambridge, v. 6, n. 3, p. 505-28, 2011.
- SCHOULTZ, L. **That Infernal Little Cuban Republic**: The United States and the Cuban Revolution. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.
- SEWELL, B. **The US and Latin America**: Eisenhower, Kennedy and Economic Diplomacy in the Cold War. Londres: Bloomsbury, 2015.
- SEWELL Bevan. Early Modernisation Theory? The Eisenhower Administration and the Foreign Policy of Development in Brazil. **The English Historical Review**, Oxford, v. CXXV, n. 517, p. 1449-1480, 2010.
- SEWELL Bevan, A Perfect (Free-Market) World? Economics, the Eisenhower Administration, and the Soviet Economic Offensive in Latin America. **Diplomatic History**, Oxford, v. 32, n. 5, p. 841-868, 2008.
- SILVA, A. **A política externa de JK**: operação pan-americana. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- SKOCPOL, T. **Estados e revoluções sociais**: análise comparativa da França, Rússia e China. Lisboa: Presença, 1985.
- STREETER, S. Campaigning Against Latin American Nationalism: U.S. Ambassador John Moors Cabot in Brazil, 1959-1961. **The Americas**, Cambridge, v. 51, n. 2, p. 193-218, 1994.
- THOMAS, E. **The Very Best Men**: The Daring Early Years of the CIA. Nova York: Simon & Schuster, 2006.
- TRACHTENBERG, M. **The craft of international history**: A guide to method. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- VIZENTINI, P. F. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964)**: o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- WESTAD, O. **The Cold War**: A *World History*. Londres: Penguin, 2017.